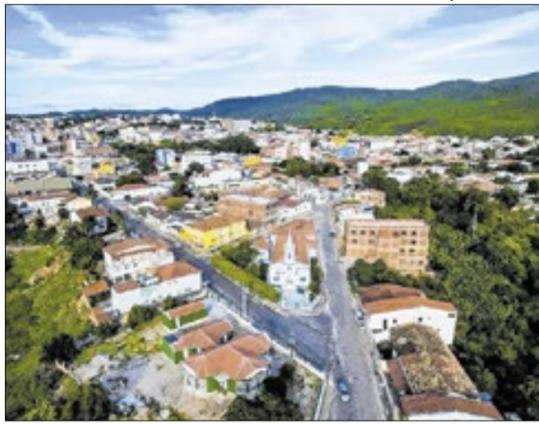


CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Prefeitura de Campo Formoso



Campo Formoso: onde o asfalto se solta e derrete

34 anos de escândalo na mesma Bahia

Em Campo Formoso, o asfalto derrete. Gruda na sola dos sapatos. Solta-se completamente nas margens da rodovia BA-220. A obra custou R\$ 45 milhões. É um dos principais pontos apurados na Operação Overclean, que investiga desvio de recursos públicos de emendas orçamentárias, num total que já ultrapassa R\$ 1 bilhão. É curioso que seja outra vez a partir da Bahia

que se desenrola o noveleto de um escândalo orçamentário. Há 34 anos, a primeira ponta descoberta do esquema dos Anões do Orçamento também surgiu na Bahia, na cidade de Serra Dourada. Agora, recursos do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). À época, do então Ministério da Ação Social. Nos dois, emendas parlamentares.

João Alves

Em 1990, reportagem no jornal O Globo, de Denise Rothenburg e deste que hoje aqui escreve, mostrava como milionárias verbas públicas desviavam-se em Serra Dourada. Tinham sido destinadas a um conjunto residencial, batizado com o nome de "Vila João Alves".

Naco

Era uma inusitada homenagem ao responsável pela destinação milionária. Naquele ano, João Alves, o relator do orçamento, teve o poder de sozinho, destinar mais de 30% dos recursos do Ministério da Ação Social. E Serra Dourada ganhou o maior naco da verba.

Prefeitura de Serra Dourada



Serra Dourada: onde começou o escândalo há 34 anos

João Alves criou à época a propina com recibo

Se hoje o asfalto de R\$ 45 milhões derrete-se e solta-se na rodovia baiana, na época boa parte das casas da milionária Vila João Alves estava inacabada. Sem encanamento. Sem portas ou janelas. Muitas delas nem teto tinham. Ao constatar o resultado final do que era a maior destinação para município de recursos do

Ministério da Ação Social, Denise foi em busca de vereadores e prefeitos. E voltou de Serra Dourada com as cópias de recibos, nos quais vereadores da cidade tinham assinado, de forma impressionante: "Pagamento que me é feito em troca do apoio ao deputado João Alves". O recibo estampou a primeira página do jornal.

Anonimato

É impressionante como os dois esquemas se assemelham por ter origem na Bahia e pela precariedade das obras. Mas impressiona também o que eles têm de diferente. João Alves esbanjava o poder que tinha. Agora, os novos autores preferem o anonimato.

Político

Alves ficou milionário com seu esquema de lavar dinheiro com bilhetes de loteria ("Deus me ajudou"). Mas os recibos de propina mostram que as destinações tinham também um caráter político. Totalmente espúrio, mas Alves queria ter seu poder exposto aos eleitores.

Secreto

Agora, os parlamentares querem fazer questão de manter a destinação secreta. Não há propaganda do que é destinado, ou ela é mínima. O acerto é feito na surdina, com prefeitos locais. Os resultados das últimas eleições mostram que funciona. Mas o eleitor é parte menor disso.

Assassinato

Na década de 90, foi preciso haver um assassinato, de Ana Elizabeth Lofrano, para que todo o esquema viesse à tona. Espera-se que nada parecido venha a acontecer agora. Mas já corre nos corredores do Congresso que investigação da PF já alcança mais de 30 parlamentares.

Câmara envolve governo no rolo das emendas

Dino libera parte, mas diz que orçamento virou "balbúrdia"

Ricardo Stuckert/PR

Por Rudolfo Lago

Apesar de o Congresso não ter respondido devidamente aos questionamentos feitos sobre como foram distribuídos os recursos, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino resolveu liberar parte dos R\$ 4,2 bilhões em emendas orçamentárias que havia bloqueado.

Dino resolveu liberar as emendas que tinham sido empenhadas (cujos recursos já estavam, então, já estavam previstos na conta para a liberação) até o dia 23 de dezembro. Ele também permitiu a movimentação das verbas depositadas nos fundos de saúde de cada município até o dia 10 de janeiro de 2025.

A decisão de Dino resolve boa parte do impasse que havia entre os poderes. Embora Dino, ao fazer a liberação, tenha ainda ressaltado que a atual forma de elaboração do orçamento é "uma balbúrdia" que precisa ser corrigida.

Na noite de sexta-feira (27), a Câmara enviou resposta ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino sobre como foi tomada a decisão de distribuir os recursos das emendas de comissão. A resposta não convenceu Flávio Dino. A resposta da Câmara, porém, adiciona um componente de constrangimento para o governo federal. Segundo o documento, toda a operação teve o aval do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como forma de azeitar os trâmites para que fosse aprovado, nos últimos dias antes do recesso parlamentar, o pacote de corte de gastos.

A resposta enviada pelo advogado da Câmara Jules Michelet Pereira Queiroz e Silva não chega a surpreender. Afir-



Lira: liberação das emendas teve aval do governo de Lula

nal, a liberação dos recursos agora bloqueados por Flávio Dino deu-se após uma petição assinada no dia 12 de dezembro por 17 líderes partidários. Entre eles, estava o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

O documento assinado pelo advogado da Câmara, porém, explicita esse aval do governo, que foi muito além da ação do seu líder. Segundo Jules, a liberação deu-se seguindo a orientação de pareceres dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, da Casa Civil e da Advocacia-Geral da União.

"O Congresso Nacional, tanto Senado quanto Câmara, adotaram as orientações prévias do Poder Executivo, justamente porque as emendas não são impositivas", diz o documento. Dois detalhes são importantes

no trecho. No primeiro, a Câmara fez questão também de envolver o Senado. Embora o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se mantenha distante do rolo, ao contrário do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), os beneficiários das emendas são tanto deputados quanto senadores. O segundo detalhe é a explicação sobre o tipo das emendas. As emendas de comissão não são de execução obrigatória. Ou seja, a liberação só se daria com a aprovação do Executivo.

Atas

As explicações da Câmara aumentam os constrangimentos e ampliam as responsabilidades. Mas não resolvem as questões colocadas pelo STF quanto à necessidade de que a destinação das emendas seja

transparente e rastreável. O ponto principal do questionamento de Flávio Dino é saber como ficou definida a distribuição das 5.449 emendas liberadas neste final de ano. E a resposta da Câmara segue omitindo essa questão.

Se são emendas de comissão, Dino quer saber se, de fato, a distribuição dos recursos foi aprovada pelas comissões. E quer as atas que detalhem essa destinação. Aparentemente, tais atas não existem.

A Câmara argumenta que as emendas só serão aplicadas em 2025. E que, nesse sentido, a obrigatoriedade desse detalhamento só aconteceria no ano que vem. Por determinação de Lira, para que os trabalhos se concentrassem no pacote de corte de gastos, não houve sessões das comissões temáticas.

Lula sanciona projetos do pacote de corte de gastos

Lula Marques/ Agência Brasil

Da Redação

Enquanto segue o impasse quanto à liberação das emendas orçamentárias, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no final da semana, os projetos que fazem parte do pacote de corte de gastos. Para conseguir aprovar o projeto, o governo teve que liberar cerca de R\$ 7 bilhões em emendas orçamentárias de deputados e senadores. De maneira paradoxal, a liberação bilionária destinava-se a obter do Congresso a autorização para economizar recursos em outras áreas, especialmente na área social.

Lula sancionou com vetos o projeto de lei que muda as regras para a concessão do BPC, o Benefício de Prestação Continuada. O BPC é um benefício social, no valor de um salário-mínimo, concedido a idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Vetos

Um dos vetos feito por Lula foi a limitação do benefício apenas a pessoas com deficiência de grau médio ou grave. Agora, o BPC vai incluir quem tem grau leve.

Foi vetado ainda o trecho que derrubava regras para reingressar no Bolsa Família. Segundo o governo, isso "contraria o interesse público, criando insegurança jurídica".



Projetos foram aprovados nos últimos dias antes do recesso

O texto sancionado prevê biometria obrigatória para novos benefícios e atualização cadastral, no mínimo, a cada dois anos, dos beneficiários. Também determina a realização de cadastro biométrico para receber e manter aposentadoria e pensão do INSS. Atualmente a exigência é válida apenas para o BPC.

Salário-mínimo

Lula sancionou também a lei que limita o reajuste do salário mínimo a 2,5% acima da inflação de 2025 a 2030.

Com a nova regra, o piso salarial para 2025 deve ficar em R\$ 1.518, com aumento de R\$ 106 em relação aos R\$ 1.412 do salário mínimo atual. O valor só será oficializado nos próximos dias, por meio de decreto presidencial a ser editado.

A nova regra de reajuste tem como objetivo adequar o crescimento do salário mínimo aos limites definidos pelo novo arcabouço fiscal. Dessa forma, o salário mínimo crescerá de 0,6% a 2,5% ao ano acima da inflação.

Economia

Aprovada pelo Congresso no último dia do ano legislativo, a lei do salário-mínimo deverá gerar economia de R\$ 15,3 bilhões nos próximos cinco anos. Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, cada R\$ 1 de aumento do salário-mínimo eleva os gastos em R\$ 392 milhões, principalmente por causa da Previdência Social e dos benefícios vinculados ao mínimo, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Com informações da Agência Brasil